

CALLEJA PUERTA, Miguel e DOMÍNGUEZ GUERRERO, María Luisa (coords). (2018). *Escritura, notariado y espacio urbano en la Corona de Castilla y Portugal (siglos XII-XVII)*. Gijón, Trea. 429 pp., ISBN: 978-84-17140-99-1.

A obra *Escritura, notariado y espacio urbano en la Corona de Castilla y Portugal (siglos XII-XVII)*, dirigida por Miguel Calleja-Puerta e María Luisa Domínguez-Guerrero, apresenta os mais importantes resultados de um projeto de investigação, com o mesmo título, que se desenvolveu entre 2016 e 2018, com a participação de diversas universidades espanholas e uma universidade portuguesa. Foi precisamente neste último ano que teve lugar um encontro científico de todos os investigadores desse projeto na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sendo, em grande medida, o volume em apreço o resultado dessa iniciativa. As vinte contribuições de especialistas castelhanos e portugueses versam sobre as dinâmicas de implantação e consolidação do notariado (agentes e *praxis* documental), bem como dos demais agentes e práticas de escrita em cidades e em alguns meios rurais dos reinos de Castela e Portugal, e ainda em espaços ibero-americanos, entre o século XII e o século XVII. Tratando-se de um tema já com largo espectro de investigação, sobretudo em Espanha, a relevância desta obra reside na perspetiva comparada que encerra, quer no interior do reino de Castela, quer na relação com o caso português, incidindo sobre espaços urbanos e espaços rurais, e na longa duração que abarca. Na verdade, o facto de se terem ultrapassado as fronteiras clássicas do período medieval e de se terem incluído os primeiros séculos da Idade Moderna, possibilitou espreitar a transferência e adaptação das práticas notariais em territórios extra peninsulares, nomeadamente em espaço ibero-americano. Este olhar geográfico e cronologicamente abrangente constitui uma novidade e um desafio para este e outros trabalhos historiográficos.

A obra, dedicada a Maria Josefa Sanz Fuentes pelo seu papel nos estudos em Diplomática, é constituída por uma apresentação introdutória, da autoria de Pilar Ostos-Salcedo, à qual se seguem os contributos dos autores, um capítulo de encerramento com as mais importantes conclusões de cada artigo e da obra em geral, redigido pelos seus coordenadores, e, finalmente, uma muito útil compilação de todas as obras citadas ao longo do livro, tornando-se, assim, porventura, a mais atualizada e completa recolha bibliográfica de que dispomos hoje sobre o tema da obra.

Os artigos encontram-se organizados segundo uma ordem que é maioritariamente cronológica, sem qualquer divisão por subtemas ou capítulos. Esta opção privilegia uma perspetiva evolutiva de longa duração do tema (que é, de resto, o objetivo da obra), mas secundariza o enfoque a problemáticas específicas que,

assim, se encontram dispersas por diferentes artigos. Considerando o arco cronológico que esta obra contempla, podemos afirmar que diversos artigos tendem a abarcar intervalos cronológicos superiores a um século, sendo preponderante o enfoque em torno dos séculos XIV e XVI (sete e seis estudos, respetivamente), e menos estudados os séculos XII e XVII, ambos com apenas um estudo. Os séculos XIII e XV são abordados em cerca de quatro artigos cada. Este simples exercício permite entrever, por um lado, manchas cronológicas onde tendemos a saber mais sobre notariado peninsular (muito provavelmente por via de fontes de informação mais ricas e mais bem conservadas, e pelo renovado interesse dos seus estudiosos) e fatias de tempo em que nos falta, literalmente, percorrer muito caminho, como no caso do século XVII e dos espaços extra peninsulares. Uma agradável surpresa, nesta obra, é o conjunto de trabalhos sobre o século XVI, um período pós-medieval *stricto sensu*, que aqui se comprova amplamente desafiante sob o olhar de diplomatas e de medievalistas.

Procurando identificar os principais assuntos tratados ao longo desta obra, podemos afirmar que se destacam, pelo menos, cinco perspectivas de estudo da escrita e do notariado castelhano e português. Em primeiro lugar, as reflexões em torno das origens do notariado e das suas dinâmicas de implantação em diferentes contextos jurisdicionais, como nos artigos de Miguel Calleja-Puerta (Institución notarial y transferencias culturales en los reinos de Castilla y León antes de 1250), Carmen Guerrero-Congregado (La implantación del notariado público en Córdoba, 1242-1299), Roberto Antuña Castro (La implantación del notariado público en el señorío episcopal oventense: el Occidente de Asturias) e Néstor Vigil Montes (El notariado público en los señoríos eclesiásticos y laicos en el Reino de Portugal, siglos XIII-XIV). Noutro conjunto de artigos, os autores procuraram analisar e caracterizar a produção escrita notarial, quer do ponto de vista da sua vertente jurídica, como em Antonio J. López Gutiérrez (Génesis y tradición del documento notarial castellano a través de las fuentes legales afonsíes) e Elena Albarrán-Fernández (La evolución de las cláusulas penales en la praxis notarial asturiana de los siglos XIII y XIV: inercias y cambios), quer da sua vocação de registo documental, como em Maria João Oliveira e Silva (Os mais antigos livros de notas dos tabeliães do Porto, séc. XVI) e María Luisa Domínguez-Guerrero (Los primeros escribanos en Perú: el Libro Becerro de los Conquistadores). Um terceiro grupo de artigos parece centrar-se em torno da caracterização do ofício notarial no que concerne a sua nomeação, regulamentação e perfil sócio-político, uma vez mais em contextos jurisdicionais diferenciados e em espaços de atuação urbanos e rurais. São disso exemplo os estudos de Pilar Ostos-Salcedo (Aproximación a los escribanos públicos de Sevilla durante la segunda mitad del siglo XIV), Maria Cristina Cunha (Notariado público no

nordeste de Portugal: o caso de Torre de Moncorvo, séc. XIV), Federico Ortega Flores (Los escribanos públicos de Moguer (Huelva) en el siglo XVI) e Juan M. de la Obra Sierra y María José Osorio Pérez (Una aproximación a los escribanos de las Alpujarras tras da expulsión de los moriscos). Um outro conjunto de artigos privilegiou o estudo de casos particulares, fornecendo o retrato profissional de destacados e/ou bem documentados notários públicos, como nos artigos de Ricardo Seabra (Rodrigo Aires, tabelião na cidade e termo do Porto e criado do rei de Portugal (1469-1500): um estudo de caso), Sebastián Guerrero Gómez-Pimpollo (Cristóbal de la Becerra, escribano público en la Sevilla del siglo XVI) e Guillermo Fernández Ortiz (Actuación rural del notariado en la Asturias del Antiguo Régimen: Bartolomé García de Somines, escribano público en el alfoz de la puebla de Grado, 1606-1634), e ainda uma reflexão sobre a relação entre tipos gráficos de génese documental e a produção livresca, em Carmen del Camino Martínez (Notarios, escritura y libros jurídicos. Algunas consideraciones). Finalmente, um último leque de artigos parece congregiar as reflexões em torno de escrita e espaço urbano, ou, dito de outro modo, em torno do campo da Diplomática municipal. É o caso dos artigos de José Miguel López Villalba (Evolución político-diplomática de la potestad normativa en los concejos medievales. ¿Del Derecho foral-consuetudinario al individualismo legislativo?), Marcos Fernández Gómez (Las cuentas del concejo. El mayordomazgo mayor de Sevilla, siglos XIV-XVI), María Josefa Sanz Fuentes (Las cuentas del concejo. Una aproximación desde la Diplomática) e Rocío Postigo-Ruiz (Análisis diplomático y edición de algunos de los más antiguos padrones de la tierra de Sevilla, 1407-1408).

Coordenada por dois reconhecidos diplomatas e medievalistas espanhóis e redigida pelos mais reputados especialistas peninsulares, esta obra constitui um marco fundamental na atualização dos estudos sobre escrita, cidades e notariado, num período cronológico e numa geografia invulgarmente amplos. Dois desafios parecem desenhar-se com a edição desta obra: aos autores e editores, trata-se de procurar persistir neste filão de pesquisa comparativa; à historiografia portuguesa e, muito especialmente, à Diplomática, trata-se de promover o desenvolvimento sustentado dos estudos sobre o notariado em todo o reino de Portugal, e estender esse olhar para o seu território ultramarino, a fim de que a comparação entre reinos peninsulares se possa cumprir.

FILIPA ROLDÃO

Universidade de Lisboa, Centro de História, Faculdade de Letras

anaroldao@campus.ul.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8760-6133>